



RESULTADOS FINAIS DOS ENCONTROS REGIONAIS



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo a solicitação do CNMP, o presente documento organiza os resultados dos Encontros Regionais realizados em Brasília (28 e 29 de março), em Porto Alegre (31 de março e 01 de abril), em São Paulo (28 e 29 de abril), em Rio Branco (09 e 10 de maio), em Salvador (12 e 13 de maio), em Belém (19 e 20 de maio), em Rio de Janeiro (23 e 24 de maio) e em Fortaleza (26 e 27 de maio). A conclusão dos encontros será apresentada conforme os seguintes temas:

- Missão e visão de futuro para o Ministério Público;
- Contribuições do Ministério Público para a sociedade;
- Resultados Institucionais do Ministério Público;
- Atividades finalísticas de excelência do Ministério Público;
- Principais iniciativas do Ministério Público;
- Diretrizes para uma atuação integrada do Ministério Público.



1. Missão e visão de futuro para o Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
MISSÃO Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.	MISSÃO Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, contribuindo para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.	MISSÃO Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, induzindo políticas públicas transformadoras da realidade social.	MISSÃO Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.
SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
MISSÃO Defender o Estado Democrático de Direito, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.	MISSÃO Fortalecer o regime democrático, defender a ordem jurídica e promover os direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, para assegurar uma sociedade mais justa e solidária.	MISSÃO Promover justiça e cidadania com independência e autonomia.	MISSÃO Defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis, atuando como agente transformador da sociedade para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<p>VISÃO Consolidar-se como instituição acessível à população, independente, confiável, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa dos direitos fundamentais, dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático.</p>	<p>VISÃO Instituição reconhecida por sua atuação proativa, efetiva e indispensável ao exercício da cidadania e à transformação social, por meio do diálogo com a sociedade.</p>	<p>VISÃO Ser consolidado e reconhecido como Instituição essencial e eficiente na defesa da ordem jurídica e na tutela dos interesses da sociedade, bem como efetivamente unificado, integrado e equilibrado estruturalmente, com nova nomenclatura (Promotores de Justiça) para seus membros, nova identidade visual (Ministério Público do Brasil) e padronização de rotinas de trabalho.</p>	<p>VISÃO Ser instituição de referência na transformação efetiva da realidade social, induzindo políticas públicas e fortalecendo a consciência de cidadania.</p>

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<p>VISAO Ser reconhecido como instituição de referência na construção da justiça social e da cidadania, com elevados padrões de eficiência.</p>	<p>VISAO Uma instituição de excelência, proativa, fortalecida e integrada, referência social na articulação de políticas públicas e na mediação de conflitos sociais.</p>	<p>VISAO Ser uma instituição acessível, proativa, transformadora da realidade social, indispensável à preservação da ordem jurídica e da democracia.</p>	<p>VISAO Instituição autônoma, fiscalizadora, mediadora de conflitos sociais, com atuação eficaz e coordenada na implementação dos direitos sociais, coletivos e da cidadania.</p>



2. Contribuições do Ministério Público para a sociedade

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none">▪ Manutenção e defesa do Estado Democrático de Direito.▪ Promoção da igualdade, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida do cidadão, por meio da efetivação dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.▪ Manutenção do equilíbrio e da paz social.▪ Efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana e do exercício da cidadania.▪ Proteção do meio ambiente.▪ Redução da criminalidade, da corrupção e de fraudes à Constituição e à lei.▪ Efetivação dos princípios da Administração Pública.	<ul style="list-style-type: none">▪ Políticas públicas efetivas, através da fiscalização e do fomento.▪ Solução de conflitos, pela convergência de esforços entre os três setores (público, privado e sociedade civil organizada) e a comunidade.▪ Catalisação de demandas da sociedade como canal de acesso amplo, aberto e informal.▪ Redução da criminalidade, corrupção, improbidade e impunidade.▪ Promoção e fixação de valores democráticos e da ordem jurídica na sociedade.▪ Promoção do efetivo exercício da cidadania com estímulo à democracia participativa.▪ Ampliação da transparência nas áreas, órgãos ou entidades que utilizam recursos e serviços de Interesse público.▪ Contribuição para a celeridade processual e controle do processo.▪ Promoção da qualidade de vida com sustentabilidade (segurança, cidadania, meio ambiente, saúde, educação integral e de qualidade, trabalho, consumo, etc.).▪ Desenvolvimento e divulgação de conhecimentos técnicos específicos.	<ul style="list-style-type: none">▪ Justiça social.▪ Respeito à dignidade da pessoa humana.▪ Democracia participativa.▪ Cumprimento das políticas públicas, em especial as relativas à saúde, educação, meio ambiente, urbanismo, infância e juventude e hipossuficientes.▪ Meio ambiente ecologicamente equilibrado.▪ Redução da criminalidade.▪ Redução da corrupção.▪ Garantia da probidade administrativa e dos princípios da Administração Pública.▪ Sistema de Saúde pública eficiente.▪ Criança e adolescente integralmente protegidos.▪ Erradicação da miséria e garantia de segurança alimentar.▪ Trabalho decente.▪ Educação de qualidade para todos.▪ Consumo sustentável.▪ Justiça célere.▪ Eliminação dos fatores e espécies de exclusão social.▪ Solução dos conflitos com incremento da prestação extrajudicial e busca do aprimoramento da prestação jurisdicional.	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a defesa do meio ambiente, em todas as suas formas.▪ Promover de forma eficaz a segurança pública.▪ Fortalecer o exercício pleno da cidadania.▪ Assegurar os direitos fundamentais dos trabalhadores.▪ Proteger os direitos das crianças e dos adolescentes.▪ Defender o patrimônio público, social e a probidade administrativa.▪ Defender e promover o acesso, permanência e qualidade da educação.▪ Defender o acesso pleno e a qualidade dos serviços de saúde.▪ Fortalecer, por meio da tutela coletiva, a proteção jurídica dos cidadãos nas relações de consumo.▪ Defender o interesse dos idosos, das pessoas com deficiência e das minorias.



SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none">▪ Redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais: saúde, educação, cidadania e distribuição de renda;▪ Fomentar e participar da interlocução entre instituições públicas e privadas, órgãos do Estado e Sociedade;▪ Controle das arbitrariedades do Estado;▪ Tutela do meio ambiente;▪ Tutela da probidade administrativa e patrimônio público;▪ Tutela difusa da segurança pública;▪ Resolução extrajudicial de conflitos;▪ Contribuição no processo legislativo;▪ Fácil acesso do cidadão ao MP;▪ Maior transparência e visibilidade, com divulgação do trabalho do MP;▪ Buscar a garantia do princípio da duração	<ul style="list-style-type: none">▪ Efetivação de direitos e garantias fundamentais;▪ Ampliação da consciência acerca do conhecimento e cumprimento da lei;▪ Fortalecimento do respeito às instituições democráticas;▪ Prevenção e repressão às violações a direitos tutelados, com redução da sensação de impunidade;▪ Proteção aos princípios da administração pública e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social.	<ul style="list-style-type: none">▪ Combate à criminalidade e à impunidade.▪ Redução das desigualdades sociais.▪ Combate à corrupção e à improbidade administrativa.▪ Proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.▪ Proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.▪ Garantia do acesso universal aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.▪ Efetivação dos direitos humanos, em especial das minorias, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.▪ Fomento e promoção de políticas públicas▪ Garantia do acesso à Justiça e a todos os serviços essenciais do Estado.	<ul style="list-style-type: none">▪ Meio ambiente preservado com desenvolvimento sustentável▪ Meio ambiente de trabalho salubre e equilibrado▪ Redução dos impactos materiais e humanos das calamidades públicas▪ Erradicação de trabalho escravo e do trabalho infantil▪ Redução da informalidade nas relações do trabalho▪ Eleições limpas▪ Transparência e moralidade da administração pública▪ Redução da corrupção▪ Redução da impunidade▪ Redução de criminalidade▪ Redução do comércio e uso de drogas ilícitas e efetividade das políticas públicas de recuperação de usuários▪ Melhoria das condições carcerárias▪ Segurança e aplicação do Direito no ambiente cibernético▪ Efetividade do direito de acesso universal à saúde▪ Efetividade do direito à educação universal de qualidade



<p>razoável do processo judicial e procedimentos extrajudiciais;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a democracia representativa e o voto livre e consciente;▪ Promover a conscientização da sociedade acerca da importância do controle social e da intervenção social nas políticas públicas.			<ul style="list-style-type: none">▪ Efetividade das medidas de proteção às crianças/adolescentes em situação de risco▪ Efetividade dos direitos do idoso▪ Efetividade dos direitos da pessoa com deficiência▪ Redução de todas as formas de discriminação e preconceito▪ Relações justas de consumo▪ Efetividade do acesso à justiça via demandas coletivas
--	--	--	--

3. Resultados Institucionais do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetivação dos direitos da criança, do adolescente e do idoso. ▪ Concretização do princípio da igualdade ▪ Redução da criminalidade. ▪ Manutenção, adequação e recuperação do meio ambiente. ▪ Fortalecimento da cidadania. ▪ Redução da improbidade administrativa ▪ Efetivação do direito à saúde. ▪ Efetivação do direito à educação de qualidade ▪ Manutenção do Estado Democrático de Direito. ▪ Exercício pleno dos direitos individuais indisponíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da criminalidade, da corrupção e da impunidade. ▪ Transparência e publicidade na atuação ministerial. ▪ Pacificação dos conflitos sociais priorizando a via extrajudicial. ▪ Fortalecimento da cidadania e da dignidade, com prioridade nas áreas da saúde, educação, direitos do consumidor, meio ambiente, relações de trabalho, trabalho escravo, infância e adolescência, segurança pública. ▪ Incremento da sustentabilidade ambiental e social e estímulo à responsabilidade social. ▪ Efetividade do resultado nas ações do Ministério Público. ▪ Fortalecimento da unidade institucional de todos os ramos do Ministério Público e entre eles. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da criminalidade, com ênfase no crime organizado, crimes de fronteira, tráfico de entorpecentes e crimes violentos. ▪ Assegurar a defesa do patrimônio público: controle da probidade administrativa, inclusive no aspecto criminal, e fiscalização quanto à efetiva prestação dos serviços públicos. ▪ Assegurar o absoluto respeito aos direitos fundamentais, com destaque: a)saúde; b) educação; c) minorias (idosos, portadores de deficiência, etnias,etc.); d)infância e juventude (doutrina da proteção integral da criança e do adolescente); e) dignidade no trabalho; f) consumidor; g) meio ambiente, em todos os seus aspectos (laboral, artificial, natural). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações de combate às organizações criminosas, lavagem de capital e contra a organização do trabalho; ▪ Atuar de forma integrada e preventiva no âmbito da tutela coletiva da segurança pública; ▪ Fortalecer a atuação extrajudicial e o funcionamento adequado dos conselhos de direito; ▪ Promover medidas judiciais e extrajudiciais para proteção dos direitos fundamentais, assegurando inclusive os direitos das minorias; ▪ Fortalecer e aprimorar o programa de proteção às vítimas, familiares e testemunhas; ▪ Fomentar a atuação integrada entre os diversos ramos do Ministério Público brasileiro, bem como com todos os órgãos de controle administrativo (CGU, CGEs, TCEs, TCU e TCMs); ▪ Assegurar a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; ▪ Promover a defesa do meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho; ▪ Aumentar a visibilidade do Ministério Público e a compreensão da sociedade em relação ao papel da instituição; ▪ Fortalecer a democracia.



SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none">▪ Redução da corrupção e punição dos autores;▪ Garantia da qualidade do sistema de saúde pública;▪ Atuação eleitoral permanente e proativa na prevenção e combate aos ilícitos;▪ Fortalecimento da política e da rede de proteção à criança e ao adolescente;▪ Proteção do meio ambiente, de forma compatibilizada com o desenvolvimento sustentável;▪ Redução e prevenção da criminalidade;▪ Redução dos delitos das organizações criminosas, punição dos criminosos do “colarinho branco” e recuperação dos recursos públicos indevidamente apropriados;▪ Prevenção e repressão de abusos policiais e incremento da eficiência e eficácia da investigação policial;▪ Erradicação do trabalho infantil;▪ Erradicação do trabalho escravo;▪ Garantia da qualidade da educação pública;	<ul style="list-style-type: none">▪ Acolhida, em parte, a sugestão do grupo 01 – “Redução da impunidade, por meio do controle preventivo da administração pública e do combate à criminalidade organizada, à corrupção e à improbidade administrativa”;▪ “Promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação em todas as esferas”;▪ Acolhidas as sugestões dos grupos 01 e 05 – “Indução da criação e implementação de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos e fundamentais, especialmente a saúde, a educação, a segurança pública, o meio ambiente e o trabalho decente”;▪ Rejeitada a sugestão do grupo 06, por constituir processo interno (meio) e não resultado;▪ Rejeitada a sugestão do grupo 05, por constituir processo interno (meio) e não resultado.	<ul style="list-style-type: none">▪ Incremento da efetividade da lei penal.▪ Incremento da efetividade das garantias sociais e individuais indisponíveis▪ Fomento e concretização de políticas públicas sócio-ambientais▪ Garantia da lisura dos processos eleitorais▪ Redução da corrupção e da improbidade administrativa com o fortalecimento dos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública▪ Incremento da atuação do Ministério Público como agente de transformação social	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a probidade na gestão pública e a redução da corrupção▪ Combater o desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos, incluindo entidades do chamado Terceiro Setor▪ Combater a criminalidade▪ Defender o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável▪ Defender os direitos sociais à saúde e à educação públicas▪ Defender relações justas de consumo▪ Reduzir as desigualdades no trabalho▪ Defender crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências e outros grupos socialmente discriminados▪ Exigir a implementação e continuidade de políticas públicas e ações governamentais do interesse da coletividade



<ul style="list-style-type: none">▪ Efetivação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;▪ Garantia dos direitos dos grupos socialmente vulneráveis (idosos, pessoas com deficiências e etc);▪ Redução da violência contra a mulher;▪ Prestação eficiente dos serviços essenciais aos consumidores;▪ Atuação integrada e harmônica entre os ramos do Ministério Público;▪ Maior integração interna entre instâncias e órgãos de execução nos diversos ramos do Ministério Público, objetivando uma maior eficácia e eficiência nos resultados;▪ Redução das desigualdades sociais e maior distribuição da renda.			<ul style="list-style-type: none">▪ Zelar pela lisura no processo eleitoral e pelo exercício consciente do voto▪ Erradicar o trabalho escravo▪ Promover a humanização do sistema prisional
--	--	--	--

4. Atividades finalísticas de excelência do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento das parcerias institucionais: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Integrar os ramos do MP; ✓ Incrementar parcerias com outras instituições, incluindo o Judiciário; ✓ Buscar maior acesso a bancos de dados, inclusive do Judiciário; ✓ Obter a efetiva implementação dos termos de cooperação. ▪ Criação de um banco integrado de dados do MP Brasileiro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compilar dados dos procedimentos e processos existentes (interessados, investigados, temas, estágio atual); ✓ Padronizar a taxonomia; ✓ Armazenar dados que indiquem os resultados da atuação; ✓ Aprimorar a comunicação interna; ▪ Elaboração de estatísticas nacionais do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover e divulgar ações relevantes, estimulando a atuação dos membros e servidores ✓ Concretizar o princípio da transparência ▪ Criação de escola ou centro nacional de estudos para capacitação de membros e 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de padronizar ('standard' mínimo a todos os ramos do MP definido pelo CNMP) e capacitar serviços auxiliares, especificamente assessoria vinculada diretamente à atuação do Membro(técnicos na área jurídica e pericial em geral); priorizar a alocação dos servidores na atividade-fim. ▪ Racionalização do tempo de trabalho, definindo prioridades com maior foco na atuação proativa. ▪ Comunicação social; interação do MP com a sociedade, tanto através da mídia quanto diretamente (v.g., audiências públicas, veículos próprios de divulgação, a exemplo da internet, etc.), incluindo veiculação das suas atividades/iniciativas do Parquet bem assim na captação da divulgação de fatos que possam ensejar o desempenho ministerial; na difusão do atos institucionais, destacar a atuação do MP e não do Órgão – contemporizando a autopromoção, de forma a 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação por meio da formação de grupos temáticos ou regionalizados para combate ao crime organizado; atuação dos GAECOs, por meio da formação de grupos temáticos ou regionalizados. ▪ Atuar no combate ao crime de lavagem de ativos aprofundando os mecanismos de análise, pesquisas e perícias internas. ▪ Atuar na recuperação de ativos, trabalhando com índices de recuperação. ▪ Aprofundar o controle externo da atividade policial. ▪ Combate à improbidade administrativa, fortalecendo os órgãos de controle externo e interno. ▪ Combate aos crimes dolosos contra a vida, mediante a integração proativa com os seguimentos envolvidos na política pública de segurança. ▪ Promover a valorização do trabalho, especialmente por meio da erradicação do trabalho escravo, erradicação do trabalho infantil, promoção da igualdade nas relações de trabalho e combate às fraudes nas relações de trabalho. ▪ Assunção da corresponsabilidade pelo resultado da investigação criminal. ▪ Combater os crimes contra a administração pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar o controle externo difuso e concentrado da atividade policial, com a criação de promotorias especializadas; ▪ Estruturar os GAECOs; ▪ Construir a doutrina de inteligência e contrainteligência aplicada ao Ministério Público; ▪ Intensificar o combate aos crimes ambientais, desmatamentos, queimadas, ocupação irregular do solo; ▪ Fomentar o processo de regularização fundiária na Amazônia; ▪ Promover ações extrajudiciais e judiciais para combater a grilagem e a organização do espaço urbano e defender políticas e práticas ambientais sustentáveis; ▪ Fortalecer a atuação na região de fronteira, com ênfase no tráfico de drogas, de pessoas, de armas, contrabando, descaminho, roubo de veículos e biopirataria; ▪ Implementar campanhas educativas e preventivas visando proteger o meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho;

<p>servidores de todos os ramos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da comunicação com a sociedade. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Investir em assessoria de comunicação; ✓ Estabelecer estratégia de comunicação institucional; ✓ Fomentar a participação do MP em redes sociais e de comunicação virtual; ✓ Incrementar a articulação com os atores sociais; ✓ Capacitar os membros para a comunicação com a sociedade; ✓ Estruturar as ouvidorias; ✓ Facilitar e aprimorar o atendimento ao público; ✓ Identificar as demandas da sociedade; ▪ Conhecer a imagem que a sociedade tem do MP. ▪ Fortalecimento da unidade institucional: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Visar o futuro da instituição; ✓ Mobilizar e integrar os membros em torno da missão institucional; ✓ Evitar fragmentação; ✓ Planejar atuações integradas e preventivas (forças-tarefa); ✓ Priorizar áreas de atuação; ✓ Implementar atuações conjuntas. 	<p>despersonalizar a a responsabilidade; 'o desempenho funcional não pode ser contaminado pelo ego'.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fixação de canais institucionais de interação de todos os MP's e respectivos ramos – matriz regulada pelo CNMP; hoje, segundo jurisprudência fixada pelo STF, conflito de atribuições ente MPE e MPU leva à competência originária da Suprema Corte, situação de todo pernicioso à prestação ministerial - nesse âmbito, o CNMP poderia atuar. ▪ Capacitação dos Membros (investimento nos centros de estudos e aperfeiçoamento funcional), atentando ao conhecimento multidisciplinar extrajurídico (tecnologia da informação, economia, ciências da natureza, engenharia, contabilidade etc.), cada mais imperioso à excelência da atuação ministerial; ensinar a universalidade de acesso aos Órgãos(forma presencial, à distância, etc.). ▪ Preparação do Membro e aprimoramento dos respectivos meios, TI, etc. à virtualização processual. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação em defesa da ordem urbanística e do ambiente natural e do trabalho, inclusive mediante indução de políticas públicas. ▪ Promover a defesa dos grupos vulneráveis. ▪ Promover a garantia de acesso às políticas fundamentais de educação e saúde, mediante indução de políticas públicas voltadas a assegurar os direitos fundamentais. ▪ Construção de relacionamento baseado na unidade nos diversos graus de atuação do Ministério Público e na atribuição comum (eleitoral). ▪ Definição de metas globais desenvolvidas no nível tático e operacional, a partir da construção de indicadores de resultados. ▪ Construção de sistema de informação único entre todos os Ministérios Públicos. ▪ Compartilhamento de informações entre os órgãos e instituições atuantes na segurança pública. ▪ Realização de grupos de trabalhos interinstitucionais para definição de temas comuns e formas de atuação integrada. ▪ Realização de audiências públicas para promoção de diálogos com a sociedade e órgãos públicos respectivos. ▪ Enfoque da atuação como custos legis como forma de defender efetivamente os interesses públicos, sociais e individuais indisponíveis, valendo-se da via recursal com atuação processual plena em todos os graus de jurisdição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar os mecanismos de controle preventivo da corrupção e fomentar o seu controle social; ▪ Aperfeiçoar os membros e o corpo técnico para o combate à corrupção; ▪ Efetivar a interiorização dos Ministérios Públicos, assegurando-lhe maior capilaridade e presença social; ▪ Fortalecer os mecanismos de controle social e os conselhos de direito para implementação de políticas públicas; ▪ Criar promotorias especializadas em educação e qualificar o corpo técnico; ▪ Criar promotorias especializadas em saúde e qualificar o corpo técnico; ▪ Intensificar o combate às redes de exploração sexual infanto-juvenil, bem como reduzir a incidência de crianças e adolescentes em situação de risco; ▪ Intensificar a promoção e a defesa da efetivação dos direitos do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor e das minorias; ▪ Qualificar permanentemente os Membros do Ministério Público para atuação em direito eleitoral; ▪ Garantir a articulação regional e nacional entre os vários ramos do Ministério Público; ▪ Efetivar os direitos sociais dos trabalhadores;
---	---	--	---

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O grupo concordou , por unanimidade, com a proposta de exclusão de “priorizar a tutela coletiva” e, por maioria, da “defesa da ordem jurídica”, por considerá-los genéricos; ▪ O grupo rejeitou a proposta de substituição da expressão “Defesa da probidade administrativa” ao invés do combate à corrupção; ▪ Com relação aos demais temas sugeridos como prioritários, o grupo reconhece a sua relevância e manifesta preocupação em estabelecer um canal com maior legitimação para definir os níveis de prioridade; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Persecução criminal mais efetiva e célere no combate a criminalidade organizada, a corrupção e a improbidade administrativa; ▪ Promoção da tutela coletiva, especialmente na área da saúde, ambiental, educação e consumidor; ▪ Tornar mais eficaz a investigação direta pelo MP; ▪ Controle externo da atividade policial e da execução penal; ▪ Erradicação do trabalho infantil; ▪ Combate ao trabalho degradante e em condições análogas ao de escravo; ▪ Combate a informalidade nas relações de trabalho; ▪ Aplicação das normas de segurança e medicina do trabalho; ▪ Inserção das pessoas com deficiência na sociedade. <p>SEGUNDA PERGUNTA;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupos institucionais formados por integrantes de cada ramo para atuação conjunta em questões que envolvam áreas afins; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar a defesa dos direitos humanos e sociais, exigindo a promoção de políticas públicas e realizando o combate à violência, à corrupção e aos atos de improbidade administrativa. Para tal mister, enfatizar a atuação como órgão agente na tutela coletiva e na área criminal, racionalizando a atuação interventiva. ▪ Aprimorar a integração e a comunicação entre os órgãos internos de atuação, em suas diversas áreas e graus, em busca da efetividade do princípio da unidade. ▪ Identificação das zonas cinzentas de atribuição, de modo a aprimorar a atuação integrada, com a criação de um fórum e de uma estrutura permanente de institucionalização do diálogo interministerial. ▪ Estabelecimento de intercâmbio de dados e cooperação mútua, com canais e interlocutores bem definidos em cada instituição parceira, facilitando o diálogo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a efetivação do combate à violência de gênero e doméstica ▪ Garantir acesso universal à saúde (atenção básica, alta e média complexidade, assistência farmacêutica, assistência social) ▪ Fomentar a estruturação dos órgãos de Defesa Civil, para redução dos impactos em casos de calamidade pública ▪ Promover a defesa dos direitos das minorias e diversidades ▪ Intensificar ações de combate ao tráfico de drogas e a dependência química ▪ Intensificar ações articuladas entre os MPs, demais Poderes, órgãos públicos e sociedade civil ▪ Articular junto ao Sistema de Justiça ações voltadas ao combate à criminalidade organizada e ao tráfico de drogas ▪ Proteger e defender a infância e juventude ▪ Garantir as relações justas de consumo

	<ul style="list-style-type: none">▪ Maior investimento na área de informática;▪ Criação de um corpo técnico especializado nas áreas de engenharia, contabilidade, medicina, psicologia, inclusive com interação entre os ramos do MP;▪ Criação de centros de inteligência estratégica para atuações preventivas e/ou repressivas do MP;▪ Promover a capacitação de membros e servidores.		<ul style="list-style-type: none">▪ Combater as condutas ímprobas fiscalizando os recursos públicos▪ Atuação integrada com os demais ramos do MP e órgãos afins no combate à corrupção, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária▪ Combater o trabalho escravo e infantil▪ Proteger o trabalhador adolescente▪ Fiscalizar o meio ambiente do trabalho▪ Combater o desmatamento ilegal▪ Promover a articulação interna dos órgãos de execução nas ações institucionais▪ Combater todas as formas de violência contra o idoso▪ Proteger a cidadania do idoso através da cobrança de políticas públicas de inclusão▪ Intensificar ações de combate á corrupção eleitoral▪ Garantir a efetividade do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Direitos Humanos)
--	---	--	--

5. Principais iniciativas do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de mecanismos regionais compostos por membros de todos os ramos com reuniões periódicas com objetivo de integração e implementação do planejamento nacional por meio de ações concretas. ▪ Criação de um centro nacional de formação aperfeiçoamento e capacitação dos membros do MP (ou implementação de convênios entre as instituições existentes). ▪ Aperfeiçoamento do quadro técnico próprio e realização de convênios e parcerias com instituições visando proporcionar suporte técnico. ▪ Integração com a sociedade civil e desenvolvimento de uma linguagem acessível ao cidadão. ▪ Criação de banco de práticas bem sucedidas para replicação de projetos institucionais. ▪ Criação de mecanismos nacionais para concretização dos projetos institucionais. ▪ Monitorar e elencar as ocorrências sociais que demandem a atuação do maior número possível de ramos do MP, por meio da criação de banco de dados. ▪ Priorizar atividades que reforcem a unidade e integração institucional. ▪ Uniformizar e reforçar a estrutura material, pessoal, e regulamentar do MP. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tornar mais rotineira a interação entre a cúpula e a base, tendendo tornar essa comunicação o mais rápida possível. ▪ Aproximação entre os diversos ramos do MP, a fim de ter um conhecimento global dos problemas. ▪ Interação com a sociedade, para buscar seus anseios. ▪ Para que se traduza em nível operacional a prioridade estratégica, é preciso adotar, ainda que de forma mitigada, o princípio da oportunidade, aprimorando mecanismos de controle. ▪ Criar mecanismos institucionais formais que possibilitem a solução mais rápida dos conflitos de atribuições, bem como proporcionar a atuação conjunta. ▪ Incremento no número de membros, com a respectiva estrutura mínima de gabinete. ▪ Incremento no número de servidores, entre estes analistas periciais, bem como a sua capacitação. ▪ Participação dos membros da base nos órgãos colegiados, aos moldes do próprio CNMP. ▪ Criar instâncias de comunicação periódica em vários níveis, envolvendo todos os níveis em ambiente de trabalho. ▪ Criação de Banco de dados, de modo a integrar toda a instituição. ▪ Incorporar mecanismos de gestão na aferição de resultados e acompanhamento de execução de atividades finalísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Especialização temática e proatividade em todos os graus. ▪ Diagnosticar as causas dos problemas a serem enfrentados, por meio de análise de dados e serviço de inteligência. ▪ Aperfeiçoamento dos canais de comunicação com a sociedade, com demais instituições públicas e privadas, sobretudo entre todos os ramos do MP. ▪ Valorizar e aprimorar o atendimento ao cidadão. ▪ Integração dos órgãos internos de cada ramo do MP, bem como entre ramos diversos. ▪ Estabelecer um mecanismo eficiente de repasse de informações relativas ao conjunto de suas atribuições do membro sucedido ao sucessor. ▪ Instituir e manter banco de dados que preserve a memória da atuação institucional. ▪ Capacitação e aperfeiçoamento permanente de membros e servidores, na seara técnica, investigativa e jurídica. ▪ Buscar o consenso institucional, seja no âmbito de cada ramo, seja entre os diversos ramos do MP. 	<p>I - COMBATER À CRIMINALIDADE: Controle Externo da Atividade Policial (COMO?):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Acompanhar mais efetivamente a atividade policial (notícia crime, inquéritos), a partir de uma base comum de dados entre o MP e a Segurança Pública; 2) Utilização de ferramentas de georeferenciamento criminal, para indução de políticas públicas na área de segurança (mapeamento nacional do crime e de sua dinâmica); 3) criação de Promotorias de Segurança Pública para exercer o controle externo concentrado da atividade policial e cuidar da segurança pública como interesse difuso; 4) interiorização dos órgãos de controle e combate à criminalidade, com ênfase nas áreas de fronteira, propiciando maior capilaridade à atuação ministerial; 5) Criar grupos de estudos para desenvolvimento da doutrina de inteligência do MP; 6) Padronização de estrutura mínima do GAECO.



			<p>II - CRIANÇA E ADOLESCENTE (COMO?):</p> <p>1) Interveniência efetiva para fortalecimento das ações das instâncias deliberativas e de controle da política de atendimento à criança e ao adolescente (Conselhos de Direitos e Tutelares);</p> <p>2) Combate ao trabalho infantil, regularização do trabalho do adolescente e enfrentamento à exploração sexual, ao tráfico, para fins ou não de exploração sexual, por meios de ações judiciais, extrajudiciais e de parcerias;</p> <p>3) Criação das Promotorias Especializadas em Educação;</p> <p>4) Indução pelos instrumentos extrajudiciais e judiciais de políticas públicas para implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo);</p> <p>5) Indução pelos instrumentos extrajudiciais e judiciais para implementação de políticas públicas de medidas protetivas;</p> <p>6) Implementar, através de parcerias interinstitucionais, Escola de Conselhos para a capacitação de Conselheiros e efetivação do princípio da participação popular;</p>
--	--	--	--

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar sistemas de Tecnologia da Informação e taxonomia amigáveis (integrados) entre todos os ramos do Ministério Público brasileiro, Poder Judiciário, Polícias e outras instituições, que atendam às demandas a médio e longo prazo; ▪ Implementar programas de integração institucional entre os ramos do Ministério Público, no que se refere a atividade finalística e de comunicação, fortalecendo atuações conjuntas em nível local, regional e nacional; ▪ Desencadear amplo processo de revisão e redefinição de atribuições no primeiro e segundo graus, com vistas ao fortalecimento como órgão agente; ▪ Implementação de banco de melhores práticas administrativas e de atividade fim, a ser gerido pelo CNMP, com vistas à disseminação entre os ramos do MP; ▪ Fazer gestões junto aos Poderes constituídos, deflagrar discussões com a sociedade e, se for o caso, ajuizar ações para garantir a real independência e autonomia financeira do Ministério Público brasileiro, inclusive buscando o aumento do limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF, de modo a propiciar o incremento de pessoal; ▪ Deflagrar discussões quanto à elegibilidade de membros do Ministério Público; ▪ Implementar medidas efetivas para garantir a revisão anual do subsídio dos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do Núcleo de Inteligência Estratégica do Ministério Público – Setorial e Integrado. ▪ Criação de banco de dados e sistema de informática (como o e-jus) unificados, para atuação integrada dos MPs. ▪ Criação de um banco de dados unificado, com indicadores internos e externos para orientação da atuação estratégica do MP, bem como a criação de sistema para a formulação de indicadores internos. ▪ Criação de um ambiente (Forum permanente , encontros anuais, GTs, manuais, revista especializada, grupos de estudo e de trabalho etc.) de disseminação e discussão de “Boas Práticas” de atuação ministerial administrativa, judicial e extrajudicial. ▪ Criação de uma coordenação integrada de atuação judicial e extrajudicial em nível nacional e regional para atuação conjunta entre os vários ramos do MP, por meio de grupos móveis nacional e outros meios. ▪ Implantação de um canal de diálogo continuado com a sociedade por meio de audiências públicas, internet, fortalecendo as Ouvidorias para transparência de atuações e resultados do MP, e captação das reais necessidades da sociedade que dependem da atuação ministerial. ▪ Criação de um grupo especializado em políticas públicas em cada ramo do MP em nível regional e nacional para efetivar os direitos humanos, com a participação do MP no processo legislativo orçamentário, de políticas públicas e de matérias que impactem na atuação ministerial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formar grupos permanentes com a participação dos diversos ramos do MP para atuação e/ou discussão de temas específicos ou áreas de interesse. ▪ Construção de consolidação democrática do diálogo institucional: independência funcional x objetivos institucionais traçados. ▪ Repensar como tornar mais eficiente a atuação extrajudicial ▪ Maior interação MP x sociedade : Cidadania ativa – Conscientizar a sociedade do seu papel de fiscalização e da destinação do MP de defesa da sociedade. ▪ Formação de banco de dados unificados dos MPs, inclusive com criação de cadastros dos investigados e objeto, com amplo acesso de todos os membros. ▪ Otimizar a estrutura física e de pessoal dos diversos ramos do MP. ▪ Implementar um sistemas integrado de inteligência no MP, com acesso mutuo dos diversos ramos e articulação com outros sistemas de inteligência. ▪ Criar e implementar políticas e ações de segurança institucional ▪ Incrementar a área de recursos humanos, objetivando a capacitação e treinamento em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celebrar termos de cooperação com instituições de fiscalização e controle (TCE/TCU/CGU), com vistas ao combate à corrupção e improbidade administrativa; ▪ Criação de banco de dados nacional, com alimentação obrigatória pelas unidades, a ser compartilhado entre todos os órgãos do MP (peças processuais, TAC’S, Recomendações, etc.); ▪ Instar o Poder Judiciário no sentido de priorizar as ações de natureza coletiva (ações civis públicas, ações de improbidade, etc.); ▪ Criar condições para capacitação dos membros e servidores do Ministério Público, tanto em atividades de gestão, como na atuação funcional (cursos de especialização, mestrado, doutorado, etc.); ▪ Criação de equipe permanente, com caráter operacional, formada por vários ramos do Ministério Público, visando atuação em escritórios especializados em diversas áreas (saúde, educação, meio ambiente, acessibilidade,

<p>membros do Ministério Público;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar estudos e ações para viabilizar a equiparação de subsídios entre os Ministérios Públicos; ▪ Virtualização dos procedimentos administrativos, de forma eficaz, de boa qualidade e de fácil utilização pelo usuário ▪ Implantação de programa de qualidade na gestão (gespública) para a atuação finalística do Ministério Público, com a fixação de metas e previsão de distinção e reconhecimento, especialmente com fins a uma atuação uniforme, prevendo que o cumprimento das metas sirva como critério para promoção e remoção por merecimento; ▪ Criação de estruturas de apoio técnico nas mais diversas áreas de atuação (cargos, núcleos, laboratórios, equipamentos, etc); ▪ Implantar ou aprimorar programas de capacitação e gestão de pessoas, abrangendo membros e servidores, com a finalidade de desenvolvimento de competências; ▪ Criação ou aprimoramento de Gabinete de Segurança Institucional; ▪ Criação de Comitê interinstitucional de gerenciamento de crises; ▪ Criação de Grupo de Defesa de Prerrogativas, de caráter nacional; ▪ Fixação de atribuição cumulativa nas searas cível e criminal no que se refere ao combate à corrupção; ▪ Aumento da quantidade de Procuradorias e Promotorias de combate à corrupção e à criminalidade organizada; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar ações e investimentos em tecnologia da informação e criar estratégias nacionais de capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores. ▪ Criar ambiente favorável para inclusão de política institucional nos orçamentos do MP brasileiro alinhado ao planejamento estratégico nacional que contribuam com a efetividade dos direitos humanos. ▪ Priorizar a atuação preventiva, por meio de TAC, recomendações, tutelas de urgência. ▪ Criação de corpo técnico multidisciplinar que atenda as necessidades de cada ramo do MP. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação dos núcleos técnicos especializados com corpo de peritos próprio, em cada ramo, com cooperação recíproca. 	<p>consumidor, trabalho escravo, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a interlocução com os movimentos sociais e com a sociedade em geral, através de programas que envolvam o Ministério Público nos bairros, comunidades e escolas. ▪ Permitir a disputa de mandatos eletivos por membros do MP e do Judiciário; ▪ Celebração de termos de cooperação com os órgãos de proteção ao meio ambiente, visando evitar a degradação do meio ambiente; ▪ Ampliar o corpo técnico de apoio aos membros, visando subsidiar a atuação dos membros do MP (técnicos em saúde, orçamento, meio ambiente, engenheiros, etc.); ▪ Promover a criação de ofícios especializados no MP, com o objetivo de otimizar os trabalhos; ▪ Exigir transparência e publicidade na gestão de recursos pelos gestores públicos fiscalizados;
--	---	---	--



<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de núcleo recursal para acompanhamento e viabilização das teses do MP nos tribunais superiores;▪ Criação de estrutura de videoconferência para realização de reuniões, palestras, cursos, conferências e outros eventos, com vistas à economia de recursos, além da integração interinstitucional.			
---	--	--	--



6. Matérias para atuação integrada entre os diversos ramos do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none">▪ Interlocução direta entre os ramos que atuam nos mesmos temas.▪ Fortalecimento da unidade do Ministério Público Nacional, por meio da atuação conjunta dos membros pertencentes a ramos diversos, priorizando as atividades de promoção social e de políticas públicas.▪ Implantação de banco de peças judiciais e extrajudiciais em cada ramo do Ministério Público da União e dos Estados, que seja acessível por todos os membros do Ministério Público. Sistema integrado de informações.▪ Implantação de um núcleo de inteligência nacional para possibilitar o acesso aos bancos de dados dos Ministérios Públicos e demais entidades conveniadas (DETRAN/DENATRAN, INCRA, Receita Federal, Banco Central, COAF, SIAFI, etc).▪ Implantação do Portal de transparência.▪ Definição das zonas cinzentas, ou seja, aquelas em que se admite a atuação de vários ramos do Ministério Público. Exemplo: meio ambiente, direitos sociais, trabalho escravo, etc▪ Realização de encontros temáticos/workshops, para debater os temas que ultrapassam as atribuições de um ramo específico.▪ Criação de fóruns permanentes para discutir os temas eleitos como prioritários. Exemplos: corrupção, meio ambiente, saúde, educação, proteção à criança e ao adolescente, etc.	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de canais de comunicação oficial (rede social, email, 0800 etc), como fomento à integração e à efetividade da atuação conjunta, prevenindo eventuais conflitos e multiplicidade de investigações.▪ Efetividade para a Resolução do CNMP que adota a tabela taxonomica.▪ Sistema de informatização integrado para atuação conjunta dos diversos ramos do MP.▪ Definição da interface comum apta a produzir relatórios que tragam subsídios para as metas do MP.▪ Criação de centro de estudos para coordenar grupos de estudos nacionais e regionais e produzir diagnósticos sobre temas comuns ao MP.▪ Criação de sistema comunicação social para divulgação da atuação do MP perante a sociedade brasileira, Estado Brasileiro e comunidade internacional.▪ Diagnóstico da estrutura operacional existente e definição de uma estrutura mínima (pessoal, equipamentos, TI, etc) que viabilize a integração do MP.	<ul style="list-style-type: none">▪ Meio ambiente: a) PCHs; b) tutela da flora, fauna e biodiversidade; c) meio ambiente do trabalho.▪ Patrimônio Público: a) obras do PAC, Copa, Olimpíadas; b) prestação de serviços públicos (terceirização); c) combate às fraudes em licitações e cartéis; d) combate à improbidade administrativa.▪ Infância e Juventude: a) trabalho perigoso e insalubre; b) exploração sexual e atividade degradante; c) combate à evasão e violência escolar.▪ Trabalho Escravo▪ Crime Organizado: a) tráfico de drogas; b) lavagem de dinheiro; c) combate à corrupção.▪ Eleitoral▪ Institucional: a) MP como parte nos tribunais superiores; b) CNMP, Corregedoria e órgãos de revisão observando em suas atuações as prioridades eleitas; c) Criação de um núcleo na PGR para institucionalizar a integração entre os ramos do MP nas ações em trâmite nos tribunais superiores (STJ, STF e TSE); d) criação/acesso/fiscalização da alimentação de cadastros nacionais (registro de óbito, registro civil, registro imobiliário, juntas comerciais, DETRAN, registros criminais); e) CNMP como órgão de integração dos MPs; f) compartilhamento do corpo pericial.	<ul style="list-style-type: none">▪ Capacitação e treinamento continuado dos membros e servidores do Ministério Público, com metodologia padronizada pelo CNMP;▪ Desenvolvimento de TI integrativa entre os diversos MP's, com compartilhamento das boas práticas;▪ Defesa dos princípios da administração pública (integração entre MPT, MPF e MPE)▪ Maior integração entre o Ministério Público dos Estados e o MPF com atuação nos Tribunais Superiores▪ Crimes Trabalhistas – integração entre os ramos do MP (MPE, MPT e MPF) para conferir efetividade aos tipos penais trabalhistas.



<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecimento de parcerias entre os ramos do Ministério Público para a criação de forças-tarefa.▪ Resoluções do CNMP, que estabeleçam diretrizes para o Ministério Público Nacional, devem partir de prévia discussão entre representantes dos diversos Ministérios Públicos.▪ Criação de plano nacional de divulgação das ações e de comunicação com a sociedade.		<ul style="list-style-type: none">▪ Patrimônio Histórico e Cultural: arquivos públicos.▪ Aliamento de Trabalhadores▪ Tráfico de Pessoas▪ Eventos Específicos: PAC, COPA, Olimpíadas, portos e aeroportos.▪ Acessibilidade: a) realização de TACs coletivos para assegurar outros direitos coletivos; b) defesa do meio ambiente urbano.▪ Atividade Meio: a) licitação em conjunto por ramos do MP; b) convênios –cadastros nacionais.▪ Cidadania: a) saúde; b) educação.	
--	--	--	--

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidadania – atuação integrada entre o MPT, MPE e MPF na proteção das minorias, gênero, idosos e pessoas com deficiência. ▪ Educação – atuação conjunta do Ministério Público Federal e Estadual na fiscalização do repasse de verbas federais e implementação dos programas sociais. ▪ Infância e juventude – atuação conjunta no combate ao trabalho infantil e à prostituição infanto juvenil. ▪ Meio ambiente – atuação integrada entre o MPE e MPF para a proteção do patrimônio cultural, urbanístico e para a proteção dos mananciais; entre o MPT, MPF e MPE para a destinação dos resíduos e trabalho nos lixões. ▪ Improbidade administrativa – atuação do MPE, MPF e MPT no combate à contratação irregular de servidores e empregados públicos, bem como na fiscalização da atuação das OSCIP's. Atuação conjunta do MPE e MPF no combate à corrupção. Atuação conjunta do MPE e MPF na tutela do patrimônio público. ▪ Eleitoral – maior integração entre o MPF, MPE e MPT (fiscalização da contratação de pessoas pelos partidos e coligações para trabalho na campanha eleitoral) na área eleitoral para o planejamento e acompanhamento do processo eleitoral. ▪ Saúde – atuação conjunta e integrada entre o MPE e MPF na fiscalização do repasse de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Improbidade administrativa ▪ Forma de ingresso nos cargos e empregos públicos ▪ Trabalho escravo ▪ Exploração sexual infantil e tráfico de seres humanos ▪ Meio ambiente ▪ Patrimônio cultural ▪ Grandes eventos e projetos (Copa. Olimpíadas, PAC, Belo Monte etc.) ▪ Planejamento urbano ▪ Saneamento ▪ Saúde e educação ▪ Terceirização ilícita ▪ Relações de consumo e concentração econômica ▪ Entorpecentes ▪ Crime Organizado ▪ Proteção às minorias étnicas ▪ Promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação em todas as esferas ▪ Acessibilidade das pessoas com deficiência ▪ Fortalecimento político dos MPs ▪ Integração administrativa entre os diversos órgãos (compartilhamento de informações, ferramentas, corpo técnico; criação de conselhos regionais; forças-tarefas; capacitação de membros e servidores; criação de uma escola nacional e sistema de inteligência) 	<ul style="list-style-type: none"> 1) CRIME ORGANIZADO <ul style="list-style-type: none"> ▪ tráfico de drogas; ▪ tráfico de armas; ▪ combater a lavagem de dinheiro; ▪ atuação ministerial (MPE/MPF) na pedofilia e seu combate. 2) CRIMES INTERNACIONAIS <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Crimes Internacionais Tipificados no Estatuto de Roma - TPI). Ex.1: crimes de guerra. Ex.2: crimes contra a humanidade 3) TRABALHO ESCRAVO 4) COMBATE AOS ILÍCITOS E FRAUDES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS ESFERAS CÍVEL E CRIMINAL <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalizar PPP, OCIP, fundações e OS; ▪ Fiscalizar a aplicação dos repasses das verbas públicas federais. ▪ Concursos públicos e terceirizações CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL EXECUÇÃO PENAL <ul style="list-style-type: none"> ▪ Integrar o MPE e o MPF, resolvendo conflitos relativos à transferência de presos em presídios federais. Ex.: Beira Mar. ▪ Aperfeiçoar a atuação conjunta na fiscalização do cumprimento da pena ▪ Trabalho do preso: jornada, intervalo, ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalho infantil: projetos integrados voltados para a educação nas escolas, desenvolvimento de políticas públicas, a criança no orçamento público, recursos, evasão escolar e seus desdobramentos, atuação e capacitação dos membros dos Conselhos Tutelares, etc. <ul style="list-style-type: none"> - Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Trabalho escravo: integração atuação cível, trabalhista e criminal. <ul style="list-style-type: none"> - Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Ilícitude dos Contratos de Terceirização <ul style="list-style-type: none"> - Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Tráfico de Pessoas Interno e Internacional, de drogas e armas. <ul style="list-style-type: none"> - Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Crime Organizado: estrutura e capacitação dos membros do MP. <ul style="list-style-type: none"> - Atuação: MPF e MPE. ▪ A excelência no atendimento ao público. <ul style="list-style-type: none"> - Atuação conjunta. ▪ Defesa de pessoas vulneráveis <ul style="list-style-type: none"> -Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Meio Ambiente. <ul style="list-style-type: none"> Ação conjunta.

<p>verbas federais e implementação dos programas sociais. Fiscalização do modelo de contratação de pessoal pelas fundações de saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Segurança pública – atuação conjunta entre MPE, MPF e MPT no combate à criminalidade organizada em suas múltiplas facetas (roubo em agências dos correios e casas lotéricas); trabalho escravo e tráfico de pessoas. Atuação integrada entre MPE e MPF na prevenção e repressão da violência urbana (tráfico de drogas, comércio de armas). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ressocialização do preso no trabalho. ▪ Integrar a atuação ministerial visando a adotar penas alternativas efetivas. Ex.: não aplicar cesta básica enquanto pena alternativa. ▪ MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL ▪ Dano moral coletivo ▪ Meio ambiente do trabalho, inclusive para os servidores estatutários. ▪ Atuação conjunta na tutela do patrimônio histórico, inclusive o militar. ▪ Fazer operações conjuntas nos lixões; ▪ Fiscalização conjunta da Copa do Mundo bem como das Olimpíadas ▪ SAÚDE E EDUCAÇÃO ▪ Fiscalização do repasse e da aplicação das verbas ▪ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ▪ Valorizar a atuação conjunta na erradicação do trabalho infantil; ▪ Regularização do trabalho adolescente ▪ Combater a exploração sexual da criança e do adolescente ▪ Fiscalizar os abrigos e unidades de internação; ▪ Combater o tráfico de crianças 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Saúde Pública: acesso ao SUS e capacitação dos membros dos Conselhos de Saúde. Atuação: MPF, MPT e MPE. ▪ Fiscalização das Agências Reguladoras. Atuação: MPE e MPF. ▪ Agenda comum e periódica entre os ramos do MP (Educação, Saúde, Meio Ambiente, etc.) Atuação conjunta. ▪ Aperfeiçoar o sistema de comunicação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo MP. Atuação conjunta. ▪ Padronizar e normatizar instrumentos de comunicação entre os diversos ramos do MP, de modo que possam ser deprecados atos. Atuação conjunta. ▪ Solucionar conflitos de atribuições (incidente) entre os diversos ramos do MP, de modo a evitar a demanda judicial. Atuação conjunta. ▪ Improbidade e gestão pública. Atuação conjunta. ▪ Presença efetiva do MP junto à comunidade. Atuação conjunta. ▪ Ilícitos eleitorais. Atuação: MPF e MPE.
--	--	---	---

7. Avaliação de reação dos eventos

7.1 Brasília

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO						
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO						
	0% Insatisfatório	0% Inadequado	9% Regular	63% Adequado	28% Excelente	
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO						
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	13% Regular	74% Adequada	13% Excelente	
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	0% Regular	65% Adequada	35% Excelente	
1.2. Quanto à qualidade do material didático:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	26% Regular	48% Adequada	26% Excelente	
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO						
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:						
	0% Insatisfatória	4% Inadequada	4% Regular	54% Adequada	38% Excelente	
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	22% Regular	48% Adequada	30% Excelente	
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	9% Regular	73% Adequada	18% Excelente	
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR						
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:						
	0% Insatisfatório	0% Inadequado	9% Regular	61% Adequado	30% Excelente	
3.2. Quanto à clareza das explicações:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	4% Regular	57% Adequada	39% Excelente	
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	4% Regular	74% Adequada	22% Excelente	
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS						
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:						
	0% Insatisfatório	0% Inadequado	0% Regular	70% Adequado	30% Excelente	
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:						
	0% Insatisfatório	0% Inadequado	4% Regular	74% Adequado	22% Excelente	
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:						
	0% Insatisfatória	0% Inadequada	9% Regular	65% Adequada	26% Excelente	

7.2 Porto Alegre

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
	1%	2%	21%	49%	27%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
	0%	0%	8%	32%	60%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
	0%	4%	0%	32%	64%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
	0%	0%	32%	44%	24%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
	4%	4%	20%	64%	8%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
	4%	8%	32%	44%	12%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
	4%	4%	28%	56%	8%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
	0%	0%	17%	50%	33%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
	0%	0%	28%	52%	20%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
	0%	4%	24%	56%	16%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
	0%	0%	32%	40%	28%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
	0%	4%	12%	60%	24%				
	Insatisfatório	Inadequado	Regular	Adequado	Excelente				
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
	0%	0%	21%	54%	25%				
	Insatisfatória	Inadequada	Regular	Adequada	Excelente				

7.3 São Paulo

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	4%	Regular	45%	Adequado	51%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	32%	Adequada	65%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	10%	Regular	48%	Adequada	42%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto à contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	45%	Adequada	48%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	16%	Regular	55%	Adequada	29%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	58%	Adequada	39%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	35%	Adequado	65%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	52%	Adequada	45%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	48%	Adequada	48%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	48%	Adequado	52%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	42%	Adequado	58%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	45%	Adequada	55%	Excelente

7.4 Rio Branco

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	2%	Regular	64%	Adequado	34%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	63%	Adequada	37%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
5%	Insatisfatória	0%	Inadequada	5%	Regular	37%	Adequada	53%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	79%	Adequada	11%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	74%	Adequada	26%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	5%	Regular	37%	Adequado	58%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	5%	Regular	63%	Adequada	32%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	79%	Adequada	21%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	63%	Adequado	37%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	63%	Adequado	37%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente

7.5 Salvador

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	57%	Adequado	33%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	53%	Adequada	41%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	47%	Adequada	53%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	85%	Adequada	12%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	59%	Adequada	38%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
6%	Insatisfatória	3%	Inadequada	18%	Regular	59%	Adequada	15%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	12%	Regular	62%	Adequada	26%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	6%	Regular	50%	Adequado	44%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	12%	Regular	53%	Adequada	35%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	9%	Regular	62%	Adequada	29%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	18%	Regular	53%	Adequado	29%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	56%	Adequado	35%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	18%	Regular	50%	Adequada	32%	Excelente

7.6 Belém

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	38%	Adequado	59%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	32%	Adequada	68%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	48%	Adequada	52%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	35%	Adequada	61%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	19%	Regular	45%	Adequada	35%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	35%	Adequada	61%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	19%	Adequado	81%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	23%	Adequada	77%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	48%	Adequado	48%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	45%	Adequado	52%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	52%	Adequada	45%	Excelente

7.7 Rio de Janeiro

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO										
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	12%	Regular	54%	Adequado	34%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO										
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	25%	Adequada	75%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	4%	Regular	42%	Adequada	54%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	75%	Adequada	25%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO										
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	67%	Adequada	17%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	21%	Regular	58%	Adequada	21%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	13%	Regular	63%	Adequada	25%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR										
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	50%	Adequado	50%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	14%	Regular	41%	Adequada	45%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	8%	Regular	54%	Adequada	38%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS										
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	25%	Regular	58%	Adequado	17%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	17%	Regular	63%	Adequado	21%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	29%	Regular	54%	Adequada	17%	Excelente

7.8 Fortaleza

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	16%	Regular	45%	Adequado	38%	Excelente
1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	33%	Adequada	61%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	44%	Adequada	44%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	44%	Adequada	39%	Excelente
2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	28%	Regular	33%	Adequada	39%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	67%	Adequada	17%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	28%	Regular	50%	Adequada	22%	Excelente
3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	6%	Regular	61%	Adequado	33%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	22%	Regular	28%	Adequada	50%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	39%	Adequada	50%	Excelente
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	17%	Regular	61%	Adequado	22%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	11%	Regular	44%	Adequado	44%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	22%	Regular	39%	Adequada	39%	Excelente